



A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A BUSCA PELO SENTIDO DA VIDA: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Luisa Zucheratto Castro¹
Maristela Costa de Andrade²
Rafaela Loureiro Chernicharo³

RESUMO: O presente artigo procura compreender a população em situação de rua (PSR) a partir da construção de sentido de vida e a influência da religiosidade nesse contexto. A fim de atingir tal objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico que contempla a origem e definição do fenômeno da PSR, a influência das representações sociais na constituição de sua identidade e a importância da dimensão e busca existencial, tendo como base a Escola de Logoterapia de Viktor Frankl. Estabeleceu-se então, uma conexão da revisão de literatura com a análise da vivência em campo nas abordagens de rua. Essas foram realizadas pelas extensionistas do projeto “Andanças: população em situação de rua e práticas transdisciplinares” com um grupo de moradores de rua do Parque Municipal de Belo Horizonte, durante o primeiro semestre de 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Logoterapia; Religiosidade; Sentido de vida; Situação de Rua.

ABSTRACT: This article tries to understand the street population (SP) from the construction of a sense of life and the influence of religiosity in this context. In order to reach this objective, a bibliographical survey was carried out that contemplates the origin and definition of the SP phenomenon, the influence of social representations in the constitution of its identity and the importance of existential dimension and search, based on the School of Logotherapy of Viktor Frankl. A connection of the literature review was then established with the analysis of the experience in the field in the street approaches. These were carried out by the extension workers of the project "Andanças: população em situação de rua e práticas transdisciplinares" with a group of street dwellers of the Municipal Park of Belo Horizonte, during the first semester of 2017.

KEYWORDS: Identity; Logotherapy; Religiosity; Sense of life; Street situation.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende contemplar e compreender a motivação fundamental que engloba o desenvolvimento de um sentido próprio de vida, vinculado ou não às filosofias religiosas, por parte do sujeito em situação de rua. Segundo Campos e Cunha (2016), tal população utiliza este recurso como estratégia para o enfrentamento das dificuldades relacionadas às condições segregacionistas e desfavoráveis à sobrevivência dos mesmos, como a invisibilização, a estigmatização, a tipificação, entre outros processos.

O interesse por tal conjuntura baseia-se na indignação frente ao fenômeno de desumanização detectado cotidianamente na situação de rua. A partir da vontade de contribuir para o reconhecimento, a valorização e a escuta de tais sujeitos houve a consequente inserção em tal contexto, através do projeto de extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, denominado “Andanças: população em situação de rua e práticas transdisciplinares”.

¹ Graduanda em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. luisazcastro@gmail.com

² Mestre em Psicologia e Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³ Graduanda em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Tal projeto objetiva promover um conjunto de práticas psicológicas, de saúde, comunicacionais e jurídicas junto à população em situação de rua no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais (PUC MINAS, 2017). A fim de cumprir tal objetivo, o projeto estabeleceu quatro parcerias, sendo elas: a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, o Projeto Ammor, a casa Restaura-me (vinculada a Aliança de Misericórdia) e a Pastoral de Rua de Belo Horizonte. A partir do interesse dos extensionistas do Andanças, houve uma divisão em grupos que atuaram com os parceiros.

Juntamente com as voluntárias da Pastoral de Rua, as extensionistas realizaram abordagens no Parque Municipal, semanalmente nas tardes de quarta-feira, durante o primeiro semestre de 2017, com um grupo de pessoas em situação de rua (PSR). O grupo era composto por dez pessoas, sendo duas mulheres e oito homens, mas apresentava certa rotatividade, uma vez que nem sempre todos estavam presentes.

Na medida em que os encontros iam acontecendo, o vínculo relacional era fortalecido, provavelmente devido à disponibilidade de escuta, tempo e abertura tanto da parte das extensionistas, quanto das PSR. A partir disso, elas se sentiram abertas para retratar situações de suas vidas particulares, como em relações familiares, de trabalho e questões cotidianas. No decorrer dessas abordagens questões associadas à fé, religiosidade, crenças, filosofias e sentidos que sustentam a vida surgiram com frequência e regularidade nas discussões dos encontros.

Percebendo-se, portanto, a importância desta construção relacionada à existência humana, à presença de uma ou mais forças que regem o universo, além de predeterminações, provas e superações que garantem a exaltação da alma, para a obstinação e subsistência da população de rua; definiu-se a temática central a ser investigada.

Uma vez em que foi estabelecido o objeto de estudo e o enquadramento a serem explorados, julgou-se pertinente organizar o artigo subdividindo-o em seções. A primeira seção objetiva traçar um breve histórico sobre a origem do fenômeno população de rua no mundo, abrangendo de forma mais específica sob a ótica do continente americano e do Brasil. A segunda pretende realizar um levantamento de definições a fim de obter-se um delineamento descritivo de características comuns à grande maioria dos das pessoas em situação de rua. A terceira procura abordar a construção e a constituição identitária-imagética desses sujeitos e a sua relação com a impotência, a desqualificação e a desumanização. A quarta engloba a dimensão existencial da busca por um sentido de vida e sua importância para este grupo. E, por fim são levantadas as considerações finais provenientes do processo da atividade desenvolvida e vivenciada pelas extensionistas.

2 CONEXÕES TEÓRICAS

2.1 Origem do Fenômeno População de Rua

Ao discutir o fenômeno população em situação de rua, Vicentino (2000) relaciona o seu surgimento com a construção do capitalismo comercial. Segundo o autor: “esse fenômeno é bastante antigo, pois remete ao século XV na Europa ocidental, quando o período foi marcado por uma transformação nas relações sociais, devido a mudanças qualitativas na economia, o que possibilitou uma nova estrutura política social.” (VICENTINO, 2000, p.172)

O capitalismo comercial se iniciou no meio rural, e possuía dois tipos de relação produtiva, senhor-servo (relações feudais) e proprietário-camponês (trabalho assalariado). A exploração do trabalhador e a retirada de suas terras por parte dos donos de terras era a forma de enriquecimento destes. (VICENTINO, 2000). Silva (2006) ressalta que a igreja católica também possuía enorme quantidade de terra, em que moradores hereditários pobres trabalhavam e tinham direito a parte do dízimo. Porém, com a reforma no século XVI houveram inúmeros saques à Igreja e as terras foram privatizadas, “presenteadas, vendidas a preços insignificantes ou mesmo roubadas mediante anexação a propriedades particulares” (SILVA, 2006 p.73). Esse fenômeno é conhecido como acumulação primitiva de capitais, que é sintetizado por Marx em “O Capital” da seguinte forma:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade moderna, levada a cabo com o terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades, a oferta necessária de proletários sem direitos. (MARX, 1988, p.850)

Os indivíduos que tinham suas terras expropriadas de forma violenta, muitas vezes não conseguiam emprego na indústria que emergia, principalmente devido à incapacidade e dificuldade de adaptação a uma disciplina de trabalho diferente da que estavam acostumados (SILVA, 2006). Assim, muitos se tornaram “mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por forças das circunstâncias” (MARX apud SILVA, 2006, p. 74). Esse fenômeno atingiu toda a Europa e foram criadas leis rígidas contra a vadiagem que obrigavam os trabalhadores a se subordinarem a empregos sob péssimas condições e baixos salários, impedindo-os de alcançar uma melhor qualidade de vida (SILVA, 2006).

Sob essas condições é que surgiu o pauperismo, em que está inserido o que hoje é chamado de população em situação de rua. (SILVA, 2006), que “têm como base a expropria-

ção dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados, no contexto da chamada acumulação primitiva e da indústria nascente” (SILVA, 2006, p. 75). “Essa situação de vulnerabilidade social intensificou-se com a crise do capitalismo no século XX” (SILVA, 2014, p. 25).

De acordo com Maciel (apud SILVA, 2014) o ápice da crise do sistema capitalista aconteceu entre 1980 e 1990 e atingiu todos os países capitalistas desenvolvidos que eram parte do bloco socialista e os de Terceiro Mundo, conhecidos hoje como países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. O neoliberalismo surgiu como alternativa para superação da crise e, segundo Silva (2014), a implantação dessa doutrina foi o provável fator que fez com que o fenômeno da população de rua se agravasse. Isso porque com a chegada do neoliberalismo, foi assinado o Consenso de Washington, que previa cortes de salários, principalmente de funcionários públicos, demissões, e outras medidas drásticas que prejudicavam diretamente a população de renda baixa (ao contrário do que estava sendo proposto inicialmente pelo Consenso). As consequências dessa implantação “foram drásticas para o mundo capitalista, e de modo especial, para a América Latina, resultando no “desajuste social” (SILVA, 2014, p. 27). Para Fiori (apud SILVA, 2014, p.27) “a época da aplicação do ajuste neoliberal foi uma época onde a América Latina deixou de se preocupar com a igualdade, deixou de se preocupar com o crescimento, deixou de ser herói”.

No que diz respeito ao fenômeno população de rua, no Brasil, segundo Silva (2006, p. 81) houve uma “expansão da superpopulação relativa no mundo e no Brasil, particularmente em sua forma flutuante, devido à redução de postos de trabalho na indústria [...] e do pauperismo [...] o que ajuda a explicar a expansão do fenômeno”.

2.2 Definição de População em Situação de Rua

Muito se discute acerca da definição do que seria a população em situação de rua. De acordo com a Secretaria Nacional de Assistência Social, ela pode ser definida como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (DECRETO nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Segundo Ferreira (2005), essa população apresenta bastante diversidade em vários aspectos, podendo ser encontrados grupos ou indivíduos com características distintas. Dife-

rentes histórias, famílias, locais de origem, percursos traçados, tempo e motivos que os levaram à rua, deficiências e doenças diversas, existindo grupos de amigos, grupos familiares, indivíduos sozinhos, que utilizam ou não programas sociais, etc. Essa grande variância pode dificultar as políticas públicas que acabam generalizando essa população, ao mesmo tempo em que não impede estudos por meio de grupos de análise. Ferreira (2005) apresenta também uma definição para a população em situação de rua que foi obtida após vários debates, que seria: “grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.” (FERREIRA, 2005, p. 3)

Em sua pesquisa, o autor acima citado ainda aponta que as Nações Unidas apresentam dois conceitos semelhantes e que podem ser utilizados para caracterizar a população em situação de rua no Brasil. Os conceitos são o de *Shelterless* (desabrigado), que são as pessoas que vivem na rua por falta de moradia e *Homeless* (que mais se aproxima das características da população de rua de Belo Horizonte), que é: “*Those household without a shelter that would fall within the scope of living quarters. They carry their few possessions with them, sleeping in the streets, in doorways or on pier, or in any*” (UNITED NATIONS apud FERREIRA, 2006, p.4), que pode ser traduzido como: “Agrupamento de pessoas sem um abrigo que vivem pelas ruas. Eles carregam seus poucos pertences com eles, dormindo nas ruas, sob soleiras de portas, no cais, ou em qualquer lugar.”

Também é importante ressaltar que, segundo Araújo (2000), a análise e o estudo da população de rua são atravessados por dificultadores. Tais agravantes estão ligados à diversidade desse público no âmbito das relações e vínculos interpessoais, trajetórias de vida, trabalho e condições socioculturais; além do caráter temporário e nômade que propõe desafios aos recursos metodológicos habituais e recorrentes.

Levando em consideração as diferenças encontradas no ambiente da rua e, objetivando a não-homogeneização de tal fenômeno, torna-se necessário abordar a existência de populações de rua, com diferentes perfis (GUIMARÃES, 2010). Tal heterogeneidade pode ser observada desde as singularidades individuais até as particularidades de perfis referentes à escolha da utilização ou não dos serviços dos albergues, o trânsito entre cidades ou fixação em uma região, a procura pelo exercício profissional ou outras fontes de renda, a situação de dependência ou não sob o uso de diferentes drogas, o histórico familiar de pertencer ou não a uma geração subsequente de moradores de rua, entre outros aspectos.

2.3 Influência das representações sociais na constituição da identidade e da autoimagem do sujeito em situação de rua

Segundo Mattos e Ferreira (2004), o habituar-se com a presença de pessoas em situação de rua nos mais diversos espaços públicos e contextos, promove uma negligência e uma dessensibilização frente à condição desses sujeitos. Apesar do conhecimento da existência de interações estabelecidas, não se questiona a qualidade, o papel e o valor das mesmas. Permitindo, portanto, a disseminação da indiferença, a naturalização do fenômeno da situação de rua e desqualificação advinda da negação da humanidade. Portanto, a necessidade de uma análise sob as influências das tipificações, conceito de Berger e Luckmann (1985) que sintetiza aspectos rotuladores, está pautada no fato de “a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, se materializam nas relações sociais ” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.47).

De acordo com Mattos e Ferreira (2004), as reações comumente identificadas das pessoas frente à população de em situação de rua são constrangimento, medo, receio, comoção, piedade, violência, agressividade, hostilidade. Tais sentimentos estão diretamente ligados às imagens e rótulos de tais sujeitos construídos em torno das tipificações de vagabundagem, preguiça, vício, sujeira, perigo, comodismo. Guimarães (2010) ressalta que esta rotulação do morador de rua é favorecida pela quebra de representações positivas que anteriormente o caracterizava como trabalhador, pai de família, vizinho, entre outras possíveis tipificações.

Tal estigmatização influi diretamente na subjetividade das pessoas em situação de rua, tendo em vista que “estes conteúdos interferem na constituição da identidade destas pessoas: é conhecimento socialmente compartilhado e utilizado como suporte para a construção de suas identidades pessoais” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.47). Ou seja, tais pré-conceitos apreendem estes sujeitos através de tipificações que negam sua humanidade, além de modelarem suas interações sociais; favorecendo, legitimando e cristalizando relações pautadas na exploração e dominação (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Goffman (1975) argumentou que o indivíduo estigmatizado é visto, assim, como uma pessoa que possui “uma diferença indesejável”. Ele observa que o estigma é atribuído pela sociedade com base no que constitui “diferença” ou “desvio”, e que é aplicado por meio de regras e sanções que resultam no que ele descreve como um tipo de “identidade deteriorada” para a pessoa em questão.

O estigma é o caminho para a discriminação e conseqüentemente para a exclusão. O processo de estigmatização dos indivíduos pode ocorrer durante qualquer contato social, po-

dendo gerar tensão. A construção do estigma (ou, de forma mais simples, a estigmatização) envolve a sinalização de diferenças significativas entre categorias de pessoas e, por meio de tal marcação, sua inserção nos sistemas ou estruturas de poder.

Para Mattos e Ferreira (2004), através da apropriação de tais representações sociais, que negam incessantemente sua humanidade, a pessoa em situação de rua passa a reconhecer-se como objeto, cuja vontade já não é mais digna de valia ou importância. Além desta visão objetificada, tal sujeito apropria-se, também da culpa pelo contexto e suas condições; responsabilizando-se integralmente. O resultado, por sua vez, baseia-se na construção de uma autoimagem fracassada, malsucedida, indigna; acompanhada do sentimento de vergonha, humilhação e possível postura de isolamento. Tal internalização de valores pejorativos fará da pessoa em situação de rua refém, prisioneira desta realidade social (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Torna-se possível ressaltar, portanto, que as representações sociais sobre as pessoas em situação de rua são reforçadoras, ou seja, contribuem para a manutenção da condição imágica negativa de tais sujeitos. Entretanto elas também englobam o embrião de um possível processo emancipatório, uma vez que: “[...] representações contêm em si o germe de sua superação, podendo servir como referências para o ingresso das pessoas em situação de rua no campo da reivindicação pelos seus direitos, constituindo, por conseguinte, identidades mais críticas e autônomas” (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.48).

2.4 A dimensão existencial e a busca da pessoa em situação de rua por um sentido de vida

É notável que desde a antiguidade o ser humano, de alguma forma, busca um sentido para sua vida. Aquino, et al. (2009) levantam uma discussão a respeito dessa busca, apontando que essa seria parte da condição humana. Os autores citam ainda as artes, ciências e religião como formas de preencher a necessidade da busca pelo sentido da vida.

Ao citar Azevedo, os autores Kraus, Rodrigues e Dixe (2009) ressaltam que entre os autores que discutem esse assunto, mesmo com diferentes definições e métodos, há uma unanimidade ao afirmar que a busca pelo sentido da vida é essencial para o desenvolvimento humano, sendo ele promotor de esperança.

Segundo Campos e Cunha (2016) todo sujeito construirá relações de afetos e significados ocultos a partir de suas vivências, ou seja, a concepção de sentido de vida ocorrerá de forma singular, a partir das especificidades da história de vida de cada um. Portanto, torna-se

importante abordar como o morador de rua elabora e faz uso deste recurso baseado em sua vivência de exclusão e invisibilização, uma vez que “durante sua existência o ser humano utiliza recursos internos que possibilitam o enfrentamento das dificuldades e o impulsiona em direção a sua continuidade existencial” (CAMPOS; CUNHA, 2017, p.176)

Tomando como base o autor psiquiatra Viktor Emil Frankl (1905 – 1997), fundador da Escola de Logoterapia (que aborda o sentido existencial do indivíduo e a dimensão espiritual da existência), observa-se que um destes recursos internos, comuns a todo indivíduo, denomina-se sentido da vida, que é impulsionado pela vontade de sentido. (Frankl, 2008). Tal motivação primária inerente aos seres humanos pode ser descoberta através de três vias: “o trabalho ou a prática de algum ato; a experimentação de algo ou encontro com alguém; e a atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável” (CAMPOS; CUNHA, 2016, p.185)

De acordo com Campos e Cunha (2016), a primeira via, além de garantir sustento, afirma a inclusão no sistema social, demonstra utilidade, contribui para a valorização e auto-realização e fornece bem-estar psicológico. Como a vulnerabilidade e a exclusão identificadas na situação de rua irão, na maioria dos casos, promover o desligamento e a ruptura no campo do trabalho; as consequências geradas serão o afastamento da vida social, a percepção de rejeição, incapacidade e principalmente ausência ou desestabilização no âmbito do sentido de vida.

Tal afirmativa pode ser confirmada a partir dos relatos de pessoas em situação de rua obtidos durante as abordagens realizadas no Parque Municipal de Belo Horizonte. Nestes encontros a maioria dos sujeitos ressaltava indignação frente à falta de oportunidade de trabalho gerada pelo preconceito principalmente em relação às características que evidenciam a situação de rua.

É importante ressaltar que a população em situação de rua tem pouco ou nenhum acesso a recursos básicos que possibilitam cuidados com a higiene. Outro fator que colabora para a imagem pejorativa da população de rua é o vestuário. A aquisição de roupas em bom estado e limpas (que seriam socialmente aceitas, por exemplo, em uma entrevista de emprego) por parte desses moradores, é dificultada devido à falta de recursos financeiros. Portanto, a única forma de acesso é por meio de doações, que são necessárias, apesar de gerarem certo desconforto e sensação de impotência, de acordo com os moradores de rua. A durabilidade e a conservação das roupas também se tornam restritas por não possuírem um local adequado para a manutenção. Além disso, outro obstáculo para esses sujeitos é ter sua mobilidade prejudicada em virtude da necessidade de carregar seus pertences para todos os lugares.

Nas abordagens, também eram recorrentes relatos sobre atividades informais, e até mesmo ilegais, como forma de garantir a subsistência da população de rua. A procura por tais ocupações evidencia a busca de sentido de vida relacionada à primeira via proposta por Frankl, além de ressaltar a necessidade de afirmação da capacidade e o sentimento de ser “útil”. Tal fenômeno pôde ser observado no relato de um dos integrantes do grupo de moradores de rua, ao afirmarem, repetidas vezes, serem homens trabalhadores, não vagabundos.

A segunda via, segundo Frankl (2008), permite que o sujeito encontre sentido através do algum objeto de amor, além da experimentação da caridade e da bondade. Apesar da situação de rua propiciar momentos de incertezas e sofrimentos, tais instabilidades não são desfavoráveis à capacidade de amar. O sujeito em situação de rua pode vir a constituir relações de amor com pessoas que se encontram sob a mesma condição, assim como continuar sentindo amor por sua família, apesar dos laços estarem fragilizados; propiciando assim a construção ou manutenção de um sentido de vida (CAMPOS; CUNHA, 2016).

Pôde-se observar esse fenômeno no decorrer das abordagens de rua em três diferentes aspectos, sendo eles: as relações amorosas entres casais, as relações familiares e os vínculos afetivos construídos durante a situação de rua.

Em relação à primeira instância, foram observadas uniões tanto entre pessoas que se conheceram no ambiente da rua, quanto de casais que haviam se formado anteriormente; sendo a primeira situação mais recorrente. A partir do relato de tais casais, percebe-se o sentido de vida sendo estimulado pela motivação de cuidado, amparo e a vivência afetiva com o parceiro. Um exemplo que ilustra o primeiro tipo de relação citado é o casal integrante do grupo acompanhado, que se conheceu na rua e constantemente, nas abordagens, frisava a importância de um na vida do outro, tanto no âmbito do afeto, quanto para a garantia da sobrevivência, desde recursos básicos como alimentação e vestuário, à própria segurança. Isso porque a mulher em situação de rua encontra-se em situação de extrema vulnerabilidade, uma vez que sozinha, corre constante perigo de ser abusada e violentada, o que demonstra a condição de objeto que é imposta para mulher na sociedade.

A manutenção do sentido da vida também pode ser percebida sob o viés do segundo aspecto, no qual observou-se que, apesar da maioria dos sujeitos em situação de rua apresentarem rupturas com seus familiares e alguns nem terem família, o sentimento de afeto e de amor, na maioria das vezes, permanecem. Muitos possuem pouco ou quase nenhum contato com a família, sendo que dentre os que não mantêm esse contato, alguns gostariam de restabelecê-lo, enquanto outros não. Por outro lado, uma parcela da PSR consegue manter comunicação com certa frequência, como é o caso de outro integrante do grupo, que mantém contato

diário por telefone e internet (através do acesso concedido em uma instituição) com a mãe que mora em outra cidade.

A influência da terceira e última instância foi constantemente percebida nas falas dos integrantes do grupo, que além de manifestarem preocupação, afeto e carinho, se referiam uns aos outros como irmãos. Outra situação em que isso ficou evidente foi durante momentos em que eles solicitavam orações e nelas pediam pela proteção e saúde uns dos outros, se referindo ao grupo como família. Isso demonstra laços e vínculos que foram estabelecidos entre eles, essenciais para a constituição de um sentido de vida.

Por outro lado, Campos e Cunha (2016) referem-se à terceira e última via de Frankl como advinda da dor e do sofrimento, tratando-se, portanto, da forma como o sujeito ultrapassará obstáculos e seus próprios limites, tomará decisões e constituirá enfim um significado a partir de tal vivência, que possivelmente propiciou um reencontro com sua história, suas expectativas e até com o outro. Deste modo, torna-se importante ressaltar sobre a vida em situação de rua: “dependendo da forma como cada sujeito a encara e lhe atribui significados, pode também servir como força impulsionadora” (CAMPOS; CUNHA, 2016, p.184)

Entretanto, segundo Frankl (2008) há uma dimensão existencial de aquisição de sentido que ultrapassa a compreensão intelectual e atinge uma dimensão religiosa; que é a crença e a confiança em algo ou alguém que não se consegue ver, embora possua um poder para além da finitude da alma, possibilitando a extinção do sofrimento. Muitas pessoas em situação de rua acreditam ou passam a acreditar em um Deus, em deuses, alguma força superior, ou religião, pois “há na fé religiosa, a justificativa dos acontecimentos em suas vidas, pois o saber do humano a respeito da sua vulnerabilidade ao sofrimento, a morte e enfim, da sua finitude, faz com que muitos deles suportem as circunstâncias, pela crença em algo melhor posteriormente” (CAMPOS; CUNHA, 2016, p. 187).

Frankl aborda separadamente a via de motivação do sofrimento e a religiosidade, mas relaciona intrinsecamente os dois fenômenos. Assim como o autor, foi possível observar, a partir da prática em campo, essa relação, em que há uma dependência de ambos os fatores.

Como foi visto anteriormente na seção “Influência das representações sociais na constituição da identidade e da autoimagem do sujeito em situação de rua”, a PSR já constrói sua imagem e identidade baseada em representações sociais pejorativas. Foi observado, nas abordagens, que tal condição imagética negativa somada às intempéries e condições a que os moradores de rua são submetidos todos os dias, gera sofrimento. Esse sentimento faz com que o sujeito entre em contato com sua história de vida e sua situação atual e, é nesse contexto que a religião entra, como instância de sustentação.

O auxílio da esfera religiosa para lidar com esse sofrimento se dá por meio de teorias pautadas na misericórdia divina, no destino individual pré-determinado, na esperança de salvação da alma, e outros aspectos que proporcionam a transposição da confiança e expectativas para um ser superior, que, na teoria, aceita o indivíduo apesar de suas condições. Isso pôde ser evidenciado pela fala de um dos integrantes do grupo de moradores, ao indagar: “Se eu não confiar em Deus, eu vou confiar em quem?” (L., junho de 2017).

L., ao demonstrar intensa vontade em obter forças para continuar progredindo, crescer como ser humano, e até mesmo conseguir sair da rua, relata: “Deus sempre me deu forças, porque sem ele eu não caminharia”. Por meio dessa fala é possível observar que apesar de a motivação desse sujeito não estar centrada nele, mas sim em uma “força maior”; é essa crença que o faz levantar, alcançar seu objetivo de sobreviver, superar seus próprios limites e obstáculos, o que dará a possibilidade ao sujeito em situação de rua de reestruturar uma nova imagem de si. Dessa forma, a religião não traz a autoconfiança, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o indivíduo, ela não garante o mérito por suas vitórias. Isso é notório ao analisar o decorrer do discurso de L., e em uma de suas explicações, quando falou: “Se eu não acreditar nEle, eu não tenho nada”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se por meio da construção deste artigo, compreender o contexto no qual se desenvolve, para o sujeito em situação de rua, a constituição de um sentido de vida e a influência da religiosidade nesse processo. A fim de alcançar tal objetivo, foi realizada uma investigação no campo teórico, por via de uma revisão bibliográfica, além de uma análise de vivências a partir das abordagens de rua, contemplando também assim, a esfera prática.

Tornou-se possível observar, tanto no âmbito conceitual quanto no experiencial, que a tipificação e a desqualificação decorrentes do fenômeno da situação de rua, influem legitimando relações pautadas na exploração e na dominação. Tal naturalização e disseminação desta realidade induzem a PSR na permanência do lugar de prisioneira e refém desta conjuntura social.

Entretanto, apesar da situação de rua proporcionar a imersão desses sujeitos a condições segregacionistas, de invisibilização e desumanização; o amparo da religiosidade e a construção de um sentido de vida podem preponderar sob a forma de sustentação motivadora e de superação. Todo ser humano, independentemente de circunstâncias socioeconômicas, psíquicas ou culturais, é capaz de constituir significações existenciais, pautando-se ou não em

preceitos religiosos. Tal elaboração, frequente na situação de rua, tendo em vista a incisiva exposição ao sofrimento e à influência religiosa, torna-se essencial, pois possibilita a potencialização do deslocamento da PSR em direção à liberdade, ao crescimento, à conquista de direitos; uma vez que esta não aceita ser mera expectadora da própria miséria e exclusão.

Por meio de tal abrangência de percepção e entendimento em relação à realidade social da PSR descrita e explorada; torna-se imprescindível salientar a importância do compromisso e da responsabilidade que as práticas científicas investigativas têm no combate às desigualdades sociais. Durante a composição do artigo, ocorreram dificuldades de encontrar materiais teóricos a respeito da população de rua, o que evidenciou essa necessidade de uma maior produção acadêmica centrada nessa temática, e fomentou o desejo de investigação para maior aprofundamento, principalmente em questões vinculadas à PSR e a imagem da mulher, homoafetividade e drogas. Assim, o desafio da comunidade científica é não se colocar no lugar de quem detém o saber e submete a PSR a seus valores, mas trabalhar e lutar em conjunto, contra a desumanização desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, T. A. A. D. et al. Atitude Religiosa e Sentido da Vida: Um Estudo Correlacional. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 228-243, 2009.
- ARAÚJO, Carlos Henrique. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **No meio da rua – Nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, (p. 88- 120)
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMPOS, Livia dos Santos; CUNHA, Luane Seixas Pereira. A busca pelo sentido da vida em meio a exclusão: um estudo logoterápico com pessoas em situação de rua. **Revista Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, v. 5, n. 2, 2016.
- FERREIRA, F. P. M. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998- 2005**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.
- FRANKL, Viktor E. **Em Busca de Sentido: um Psicólogo no campo de concentração**. (Trad: Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline) 25 ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2008. 186 p.
- GOFFMAN, Erwin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A. 1975.

GUIMARÃES, Aluizio Geraldo de Carvalho. **A religiosidade de moradores de rua da cidade de Belo Horizonte**: uma via de subjetivação. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.

KRAUS, Teresa; RODRIGUES, Manuel; DIXE, Maria Dos Anjos. Sentido de vida, saúde e desenvolvimento humano. **Revista de Enfermagem**, Coimbra, Portugal, v. 2, n. 10, p. 77-88, jul. 2009.

MACIEL, Maria Helena Ribeiro. Ajuste Neoliberal e Exclusão Social no Brasil. IN: Exclusão, incluso e diversidade. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2009.

MARX, Karl. O capital. Livro 1. Volume II. Tradução Reginaldo Sant'anna. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil S. A., 1988b. p. 850

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia Social**, v.16, n.2, p. 47-58. Ago 2004

PUC MINAS. **Projeto de extensão andanças: população em situação de rua e práticas transdisciplinares**. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/proex/index-link.php?arquivo=projeto&nucleo=0&codigo=288&pagina=4896>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo de trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil (2006). Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2017.

SILVA, Virgínia Macêdo de Souza. Pés excluídos: o imaginário religioso da população em situação de rua em João Pessoa-PB. Universidade Federal da Paraíba. 2014

VICENTINO, Cláudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2000.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M.M. **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.